



Resumo de Notícias

19/05/2016 - Telesíntese

Conselho diretor da Anatel aprova primeiro TAC da Oi

O TAC relativo à qualidade e universalização vai envolver investimentos de R\$ 3,2 bilhões em quatro anos. R\$ 1,5 milhão do total serão aplicados em redes de fibra de última milha (FTTH) em cidades da Baixada Fluminense, cobrindo 950 mil domicílios. O TAC foi aprovado por quatro votos contra um e ainda terá que ser homologado pelo TCU. A sua assinatura deve ocorrer até 30 dias após a aprovação do TCU.

Por quatro votos a um, o conselho diretor da Anatel finalmente aprovou o primeiro TAC da Oi, relativo a sanções na área de qualidade e universalização do atendimento, que somam um total de R\$ 1,2 bilhão (ainda não atualizados) em multas, após três anos de tramitação do pedido e cinco meses depois que o relator, conselheiro Rodrigo Zerbone, apresentou seu voto. O voto discordante foi do conselheiro Otávio Rodrigues, que manifestou-se contrário ao mérito do TAC por entender que a operadora, em função de suas dificuldades financeiras, pode não ter condições de honrar os compromissos assumidos.

Na avaliação do revisor do voto, conselheiro Igor de Freitas, todos os compromissos constantes do TAC foram discutidos ao longo de dois meses com a equipe da Oi, incluindo sua diretoria e conselho. "Tudo que consta do TAC foi condensado e atende aos interesses da sociedade e do usuário, representado pela Anatel, e também da empresa, em função de sua estratégia de investimento e modelo de negócio", disse em entrevista, ao final da votação. Além deste TAC aprovado, a Oi tem outros dois em andamento na Anatel: um sobre interrupções e outro sobre direitos do consumidor. Juntos somam cerca de R\$ 4 bilhões em multa (também não atualizados).

Para a Oi, também foi um bom negócio. Em nota oficial, afirma: "A iniciativa proporciona benefícios para a sociedade ao estabelecer investimentos em serviços de telecomunicações adequados às demandas atuais dos usuários, que estão fortemente influenciadas pelas mudanças que a

evolução tecnológica trouxe para o cotidiano das pessoas. A Oi acrescenta que o processo de negociação do TAC se deu de forma absolutamente transparente, seguindo o trâmite de discussões públicas em diferentes etapas e cumprindo todos os ritos formais, dentro de uma agenda de debate técnico em que a Oi participou como uma administrada, vinculada a uma agência reguladora

A expectativa dos conselheiros que aprovaram o TAC — além de Freitas, Aníbal Diniz, Rodrigo Zerbone e o presidente João Rezende — é de que a Oi, mesmo em processo de renegociação da dívida de mais de R\$ 50 bilhões, tem condições e está firmemente empenhada em cumprir o acordo. O TAC envolve não só a correção de condutas, com metas de qualidade que ser aferidas com base em uma cesta, mas o desenvolvimento de quatro projetos estruturantes.

O primeiro deles trata da rede de acesso: cabeamento em fibra de 950 mil domicílios na Baixada Fluminense, que vai representar investimento de R\$ 1,5 bilhão do investimento total de R\$ 3,2 bilhões nas ações do TAC; ampliação da cobertura da rede 3G para mais 840 municípios, 600 dos quais são atendidos ainda por rede 2G; e a melhoria da qualidade da rede fixa, com a substituição de 54 mil caixas e cabos de cobre em vários municípios. O segundo diz respeito à rede de transporte, com a ampliação de sua capacidade em cerca de 500 municípios (incluindo aí a ampliação do escoamento do tráfego onde a rede 2G for substituída pela 3G).



Resumo de Notícias

O terceiro diz respeito aos orelhões. O percentual de TUPs que permanecer na revisão dos contratos de concessão será totalmente modernizado. O quarto projeto trata da implantação de um novo CRM (sistema de relacionamento com o cliente) e do desenvolvimento de aplicativos para que o usuário possa fazer todo seu relacionamento com a operadora a partir de um smartphone.

Acompanhamento

Como os termos do TAC envolvem não só a fiscalização de adequação de conduta, como metas de qualidade que podem ser aferidas pelo acompanhamento da cesta de indicadores, mas o acompanhamento dos investimentos feitos na rede – as metas físicas -, o conselheiro Igor de Freitas chamou a atenção para a necessidade de a Anatel montar uma estrutura para fazer esta fiscalização “que vai consumir recursos da agência e da operadora”. Esta terá que criar uma gerência dos projetos do TAC e nele reunir todas as informações, além de contratar empresa especializada no desenvolvimento de metodologias de projetos.

Para o conselheiro, o risco de a operadora não cumprir os compromissos é minimizado pelo valor da multa a ser paga em caso de falhar na missão. O regulamento do TAC prevê multa de duas vezes o valor atualizado da sanção. Enquanto as multas aplicadas e as multas estimadas (as que aconteceram depois de o processo chegar ao conselho diretor ou que serão incorporadas ao TAC por afinidade de tema) são corrigidas pela Selic até a data da assinatura do contrato, as decorrentes de eventual descumprimento do TAC serão corrigidas pelo IGPD. “A penalidade é muita alta. O risco de a empresa assinar o TAC e não cumprir não vale a pena”, raciocina ele.

De acordo com o conselheiro Igor de Freitas, as multas aplicadas e as multas estimadas devem somar algo entre R\$ 1,5 bilhão e R\$1,6 bilhão. “As multas estimadas estão sendo levantadas e corrigidas, como as aplicadas. Aumentando o valor, aumentam as contrapartidas nos projetos estruturantes, como número de municípios atendidos. Pode ocorrer uma pequena variação”, observou.

19/05/2016 - Telesíntese

Anatel aprova regulamento de acessibilidade

O objetivo é assegurar o acesso a serviços de telecomunicações de pessoas com deficiências visuais, auditivas, motoras e cognitivas em igualdade de condições às demais pessoas.

O Regulamento Geral de Acessibilidade em Serviços de Telecomunicações de Interesse Coletivo foi aprovado hoje (19) pelo conselho diretor da Anatel. Segundo o conselheiro relator Aníbal Diniz, o regulamento, que reúne em um só dispositivo para várias disposições relativas aos direitos das pessoas com deficiência que estavam espalhadas pela regulamentação da agência, vai beneficiar 46 milhões de brasileiros que declararam algum tipo de deficiência, de acordo com o Censo de 2010. Desses, a maior parte apresentava deficiência de visão.

Entre as novas regras, constam a ampliação de funcionalidades e facilidades nos equipamentos usados para telecomunicações e a implementação de melhorias no atendimento das operadoras, tanto remota como presencialmente. As empre-

sas, por exemplo, ter que ter na internet páginas acessíveis e garantir aos portadores de deficiências interação como mensagem eletrônica, webchat e videochamada.

Para os deficientes visuais, o contrato de prestação de serviço e as contas deverão estar em braille, com fontes ampliadas, ou em formato eletrônico acessível. Os deficientes auditivos deverão ser atendidos no call center por meio de vídeo e por mensagens, de forma gratuita, e em tempo integral.

Como o regulamento implica várias medidas a serem implementadas pelas operadoras, o relator concedeu um prazo de 12 meses para que entre em vigor.



Resumo de Notícias

19/05/2016 - Carta Maior

'O SUS tem cumprido um papel central na qualificação da democracia brasileira'

Entrevista com José Gomes Temporão, atual diretor-executivo do Instituto Sul-Americano de Governo em Saúde (ISAGS) e ex-ministro da saúde (2007-2010).

Plataforma Política Social – Como você recebeu a declaração do Ministro interino de que o SUS Universal e integral é inviável para o Brasil e que seria necessário rever a Constituição?

José Gomes Temporão: Com perplexidade e muita preocupação. Os direitos duramente conquistados após décadas de intensa luta política e sintetizados no capítulo saúde da nossa constituição- "saúde é um direito de todos e dever do estado" - estão sob ameaça real. Mas também recebi a notícia sem surpresa. E isso porque não acredito que seja uma opinião pessoal do ministro interino. Ele verbalizou uma opinião que é compartilhada por muitas forças políticas no congresso que ao longo das últimas décadas no discurso explicitaram apoio incondicional ao SUS mas na prática legislativa sempre colocaram obstáculos ao seu pleno desenvolvimento.

Plataforma – O SUS representa um importante processo civilizatório da sociedade brasileira. Você já disse que sem ele viveríamos numa barbárie. Qual o impacto para o Brasil e seu povo caso uma proposta como essa avance?

Temporão: Temos hoje uma reforma inconclusa onde ao lado de evidentes avanços temos fragilidades e precariedades. O SUS não precisa que lhe retirem direitos, princípios, recursos. É o oposto. Precisamos de mais direitos, mais recursos, mais acesso, mais cidadania. Reaparece aqui o fantasma de um SUS empobrecido para os mais pobres, focalizado, fragmentado. Da forma como foi colocado é uma defesa de extinção do conceito de saúde ampliada inscrito na constituição na forma como ele foi concebido, pensado e vem sendo implementado ao longo dos últimos 26 anos. Seria o fim do SUS.

Plataforma: A partir da experiência adquirida como médico, sanitário, professor e ministro qual avaliação você faz do Sistema Único de Saúde? E qual o papel do SUS dentro da democracia brasileira?

Temporão: Nosso Sistema Único de Saúde (SUS) é produto de um longo e complexo processo histórico de luta pela construção de cidadania e da saúde como um direito. O ideário que move os princípios da chamada Reforma Sanitá-

ria Brasileira pode ser sintetizada em uma frase do saudoso Sérgio Arouca: " Trata-se de um processo civilizatório ".Esse movimento político e ideológico encontra sua maturidade durante o processo constituinte e consegue inscrever na constituição brasileira que a saúde é um direito de todos e dever do estado. Importante lembrar que esse movimento político desde seu início colocava para a sociedade uma visão ampliada de saúde centrada na questão de que a saúde é social e politicamente determinada. Ou seja, não se tratava (e continua sendo assim) apenas de construir um sistema de atenção à saúde. Nesses mais de 20 anos, a saúde brasileira sofreu profundas transformações para melhor. A dimensão de Saúde Pública do SUS avançou bastante. Programa de Imunizações, erradicação e controle de doenças infecciosas, nosso Programa de AIDS, Políticas de Prevenção e Promoção, tabagismo, política de transplantes, redução da mortalidade infantil e aumento da expectativa de vida, programa de saúde da família que já cobre 50% da população, política de saúde bucal, assistência farmacêutica para doenças crônicas; são exemplos desse sucesso. Os problemas se concentram na desigualdade do acesso entre regiões e classes sociais e na qualidade da assistência. O SUS tem cumprido um papel central na qualificação da democracia brasileira através do trabalho dos Conselhos Municipais, estaduais e nacional de saúde; além das conferências de saúde realizadas a cada quatro anos. É um modo de exercitar a democracia direta que tem sido copiado por outras dimensões das políticas públicas. Há outra dimensão referente ao processo de desenvolvimento do país e da sociedade brasileira. Em minha opinião, a existência do SUS é fator fundamental no processo de construção de um país efetivamente desenvolvido e obstáculo à implantação, no Brasil, da barbárie disfarçada de modernidade que é a disseminação de uma visão da saúde vista como mercadoria ou bem a ser comprado no mercado de acordo com a capacidade de gasto de famílias ou empresas.

Leia mais em:

<http://cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/-O-SUS-tem-cumprido-um-papel-central-na-qualificacao-da-democracia-brasileira-/4/36133>

19/05/2016 - Telesíntese

Anatel aprova aumento de capital da Claro

Mas condiciona operação à quitação de qualquer dívida tributária em nível federal, estadual ou municipal.

O Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) aprovou na tarde desta quinta-feira, 19, a reestruturação societária, com aumento de capital, da Claro S.A. No processo, a Claro pedia anuência prévia para implementar o aumento do capital social autorizado e do capital social, função da fusão com a Embratel e a NET. O aumento será de

cerca de R\$ 200 milhões.

O conselho, que discutia quais tributos a companhia deveria quitar para prosseguir, condicionou o aumento à companhia estar em dia com todos os tributos federais, estaduais e municipais que incidem sobre sua operação. O relator do processo foi Aníbal Diniz.

19/05/2016 - Rede Brasil Atual

Diferença de salários entre estados chega perto de 250%

Segundo a Pnad Contínua, do IBGE, maior rendimento no primeiro trimestre foi apurado no Distrito Federal e o menor, no Maranhão. Renda média caiu no país, e massa salarial "perdeu" R\$ 7 bilhões



A diferença entre o maior e o menor rendimento no país chega a quase 250%, segundo os números divulgados hoje (19) pelo IBGE referente à Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua. O maior rendimento pago aos trabalhadores no

primeiro trimestre foi de R\$ 3.598, no Distrito Federal, enquanto o menor foi registrado no Maranhão: R\$ 1.032. A média nacional é de R\$ 1.966, ante R\$ 2.031 em igual período de 2015.

Depois da capital federal, vêm São Paulo (R\$ 2.588) e Rio de Janeiro (R\$ 2.263). Na outra ponta, estão Piauí (R\$ 1.263) e Ceará (R\$ 1.285).

Segundo a pesquisa, entre as regiões, o rendimento ficou acima da média no Sudeste (R\$ 2.299), no Centro-Oeste (R\$ 2.200) e no Sul (R\$ 2.098). E abaixo da média nas regiões Norte (R\$ 1.481) e Nordeste (R\$ 1.323).

A massa de rendimentos dos ocupados somou R\$ 173,45 bilhões. No primeiro trimestre do ano passado, atingiu R\$ 180,812 bilhões. Uma diferença de R\$ 7,362 bilhões.